



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Administradores e Acionistas da
FERROVIA TEREZA CRISTINA S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Examinamos as demonstrações financeiras da **FERROVIA TEREZA CRISTINA S.A.**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e a respectivas demonstrações de resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resultado das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da empresa é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente causadas por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Entidade, para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis referidas no parágrafo 1º, representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **FERROVIA TEREZA CRISTINA S.A.**, em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações, as mutações do patrimônio social e seus fluxos de caixa, referente ao exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Criciúma/SC, 01 de março de 2011.

MARCOS DANILo VIANA
Contador – CRC/RS N.º 030.003/O-2 T/SC S/RJ
CPF: 123.871.000-00

OMV AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRC/SC Nº. 3.628-S/RJ – AD. Nº. 10.028/08



2

FERROVIA TEREZA CRISTINA S.A.

CNPJ Nº 01.629.083/0001-45

BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE

ATIVO (Em milhares de reais)		
	2010	2009
CIRCULANTE	7.958	9.379
Caixa e equivalentes de caixa	8	4
Clientes	3.718	3.443
Imposto a recuperar	1.342	1.125
Adiantamento a fornecedores	91	59
Caucões	131	1.122
Estoques	826	676
Despesas do exercício seguinte	1.842	1.950
NÃO CIRCULANTE	116.356	106.529
Realizável a longo prazo	1.424	1.402
Créditos judiciais	680	686
Depósitos judiciais	665	643
Valores a receber longo prazo	73	73
Investimento	96.942	87.612
Imobilizado	17.990	17.515
TOTAL DO ATIVO	124.314	114.908

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)



FERROVIA TEREZA CRISTINA S.A.
CNPJ Nº 01.629.083/0001-45

BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE

PASSIVO
(Em milhares de reais)

	2010	2009
CIRCULANTE	13.153	12.998
Fornecedores	841	743
Salários a pagar	228	222
Obrigações sociais e trabalhistas	798	750
Credores por cauções e consignações	59	89
Impostos e contribuições a recolher	594	580
Provisão para contingências	540	648
Parcelas do arrendamento e concessão	8.160	7.439
Parcelamento de tributos federais	1.258	2.376
Dividendos a pagar	102	
Contas a pagar	573	151
NÃO CIRCULANTE	102.702	100.470
Obrigações com arrendamento e concessão	749	698
Debêntures	84.286	84.277
Parcelamento de tributos federais	17.617	15.445
Adiantamento de clientes	50	50
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	8.459	1.440
Capital Social	3.750	3.750
Reserva de Reavaliação	4.460	6.842
Reserva Legal	18	
Reserva Estatutária	231	
Prejuízos Acumulados	(9.152)	
TOTAL DO PASSIVO	124.314	114.908

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)



FERROVIA TEREZA CRISTINA S.A.
CNPJ Nº 01.629.083/0001-45

**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DOS EXERCÍCIOS ENCERRADOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE
(Em milhares de reais)**

	2010	2009
RECEITA BRUTA DE SERVIÇOS	41.683	47.527
DEDUÇÃO DA RECEITA BRUTA	(1.599)	(1.772)
Impostos incidentes:	(1.599)	(1.772)
RECEITA LÍQUIDA	40.084	45.755
CUSTOS DOS SERVIÇOS	(22.258)	(21.031)
LUCRO BRUTO	17.826	24.724
DESPESAS (RECEITAS) OPERACIONAIS	(9.326)	(8.411)
Despesas administrativas e gerais	(5.769)	(5.816)
Despesas financeiras	(1.088)	(70)
Receitas financeiras	2	40
Outras despesas operacionais	(204)	(341)
Outras receitas operacionais	136	101
Resultado da equivalência patrimonial	(2.403)	(2.325)
RESULTADO OPERACIONAL	8.500	16.313
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS)	(14)	65
RESULTADO ANTES DO IRPJ e CSLL	8.486	16.378
PROVISÃO PARA IRPJ e CSLL	(1.365)	(1.574)
LUCRO DO EXERCÍCIO	7.121	14.804
Por ação do capital social:	2,10	4,36

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)



S

FERROVIA TEREZA CRISTINA S.A.
CNPJ Nº 01.629.083/0001-45

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

DE 01 DE JANEIRO DE 2009 A 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Em milhares de reais)

	Capital	Reserva Reavaliação de bens	Reserva de	Resultados	
	Social	de Controlada	Lucros	Acumulados	Total
SALDOS EM 01 DE JANEIRO DE 2009	3.750	9.214	0	(8.507)	4.457
Realização da reserva de reavaliação reflexa		(2.372)		2.372	
Ajuste de exercício anterior			(17.821)	(17.821)	
Lucro do exercício			14.804	14.804	
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009	3.750	6.842	0	(9.152)	1.440
Realização da reserva de reavaliação reflexa		(2.382)		2.382	
Lucro do exercício			7.121	7.121	
Distribuição do resultado acumulado			(351)	(351)	
Reserva legal			18	18	
Reserva estatutária			231	231	
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010	3.750	4.460	249	0	8.459

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)



FERROVIA TEREZA CRISTINA S.A
 CNPJ N° 01.629.083/0001-45

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA ENCERRADO EM

31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

	2010	2009
1. CAIXA LÍQUIDO ATIVIDADES OPERACIONAIS	15.111	17.818
Caixa Gerado nas Operações	13.657	20.102
Lucro líquido do exercício	7.121	14.304
Depreciação e amortização	3.071	2.833
Equivalência patrimonial	2.403	2.325
Provisão para contingências	(108)	9
Amortização 1ª parcela arrendamento e concessão	107	107
Atualização de títulos e valores mobiliários	9	8
Atualização de parcelamentos fiscais	1.054	-
Perdas na baixa de bens do imobilizado	-	16
Variações nos ativos e passivos	1.454	(2.284)
Contas a receber	(275)	355
Estoques	(321)	(103)
Tributos a recuperar	(217)	(279)
Adiantamento de fornecedores	(32)	-
Seguros	-	24
Depósitos judiciais	(22)	(13)
Fornecedores	98	(280)
Obrigações sociais e trabalhistas	54	(86)
Adiantamento de clientes	-	(108)
Arrendamento e concessão a pagar	772	(609)
Valores Caucionados	991	(1.122)
Outros	406	(63)
2. CAIXA LÍQUIDO ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(15.107)	(16.313)
Aquisições de bens do imobilizado	(3.375)	(3.470)
Valor da venda de ativo imobilizado	1	4
Aquisições de títulos e valores mobiliários	(11.733)	(14.847)
3. REDUÇÃO NO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (1-2)	4	(495)
4. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA NO INÍCIO DO EXERCÍCIO	4	499
5. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA NO FIM DO EXERCÍCIO	8	4

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)



FERROVIA TEREZA CRISTINA S.A.
CNPJ Nº 01.629.083/0001-45

**NOTAS EXPLICATIVAS DA DIRETORIA ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2010
(Em milhares de Reais)**

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Ferrovia Tereza Cristina S.A. (FTC), foi constituída em dezembro de 1996, tendo como atividade principal a prestação de serviços de transporte ferroviário de cargas, em conformidade com o Contrato de Concessão, firmado com a União, por intermédio do Ministério dos Transportes, em 28 de janeiro de 1997 e de Arrendamento, com a Rede Ferroviária Federal S.A. (RFFSA), de acordo com o Edital nº PND/A-07/96/RFFSA, decorrente do Programa Nacional de Desestatização (PND) conforme Decreto nº 473 de 10 de março de 1992 que incluiu a RFFSA no referido Programa.

Todos os bens vinculados ao Contrato de Arrendamento, como locomotivas, vagões, via permanente e instalações da malha Tereza Cristina da unidade de Tubarão/SC, estão sob a administração da FTC.

Os Contratos de Concessão da malha ferroviária e de Arrendamento dos bens da RFFSA, foram firmados em 28 de janeiro de 1997, pelo prazo de 30 anos.

NOTA 2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2.1- Declaração de Conformidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações.

As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2010 foram elaboradas de acordo com as novas práticas contábeis adotadas no Brasil, com atendimento às diretrizes contábeis emanadas da legislação societária (Lei nº 6.404/1976) e as alterações promovidas pela Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007 e pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009.

NOTA 3 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas pela empresa estão descritas a seguir:

a) Classificação de Itens Circulante e Não Circulante

No Balanço Patrimonial, ativos e obrigações vincendas ou com expectativa de realização dentro dos próximos 12 meses são classificados como itens circulantes e aqueles com vencimento ou com expectativa de realização superior a 12 meses são classificados como itens não circulantes.

b) Caixa e Equivalentes de Caixa

São classificados como caixa e equivalentes de caixa, numerário em espécie, depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.



c) Apuração do Resultado

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência do exercício para apropriação de receitas, custos e as despesas correspondentes.

d) Redução ao Valor Recuperável de Ativos

O imobilizado e outros ativos não circulantes são submetidos ao teste de recuperabilidade para se identificar perdas anualmente ou quando eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. A perda é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa o valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

e) Instrumentos Financeiros

Os investimentos financeiros mantidos até o vencimento são ativos financeiros, não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, com vencimentos definidos e para os quais a Companhia tem intenção positiva e capacidade de manter até o vencimento. São mensurados pelo custo de aquisição ou valor de emissão, atualizado conforme disposições legais ou contratuais, ajustado ao valor provável de realização, lançado em conta de resultado.

f) Contas a Receber

As contas a receber estão registradas pelo valor de emissão, atualizado conforme disposições legais ou contratuais. As contas a receber de clientes estão registradas no ativo circulante.

g) Estoques

Os estoques foram valorados ao custo médio de aquisição ou produção, líquidos de impostos recuperados e não superam os preços do mercado.

h) Outros Ativos

Os demais ativos estão apresentados ao custo de aquisição, atualizado conforme disposições legais ou contratuais.

i) Investimentos

Os investimentos em empresas controladas são avaliados pelo método da equivalência patrimonial. O resultado da avaliação tem como contrapartida uma conta de resultado operacional.

j) Imobilizado

Demonstrado ao custo de aquisição dos bens, reduzido ao seu valor recuperável quando aplicável. O imobilizado é submetido ao teste de recuperabilidade quando há indícios internos ou externos de que pode estar desvalorizado.

A depreciação dos bens é calculada pelo método linear, às taxas que levam em consideração o tempo de vida útil econômica dos bens.

k) Passivo Circulante e Não Circulante

O passivo circulante e não circulante estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base *pro rata* dias incorridos.



I) Julgamento e Uso de Estimativas Contábeis

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas.

As políticas contábeis e áreas que requerem um maior grau de julgamento e uso de estimativas, na preparação das demonstrações financeiras são os passivos contingentes que são provisionados de acordo com a expectativa de êxito, obtida e mensurada em conjunto com o departamento jurídico da empresa.

NOTA 4 – ADOÇÃO DA LEI Nº 11.638/2007

A empresa elegeu como data de adequação às novas normas contábeis o dia 1º de janeiro de 2008 e vem observando as alterações promovidas pelo CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis, portanto as informações relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010, são apresentadas de acordo com a legislação e normas vigentes.

Foram analisadas as contas em conformidade com a Lei nº 11.638/2007 e a Lei nº 11.941/2009 e não constou nenhuma alteração relevante, que tivesse efeitos no resultado e no patrimônio líquido da Companhia.

NOTA 5 – INVESTIMENTOS

O investimento na controlada Transferro Operadora Multimodal S.A., está representado da seguinte forma:

	31.dez.2010	31.dez.2009
Capital Social	16.647	16.647
Patrimônio Líquido	17.894	20.297
Ações Possuídas	1.664.699	1.664.699
Percentual de Participação	99,99%	99,99%
Mutações do Investimento		
Valor no Início do Exercício	20.297	22.622
Equivalência Patrimonial	(2.403)	(2.325)
Valor no Fim do Exercício	17.894	20.297





NOTA 6 – IMOBILIZADO

O imobilizado está representado pelas seguintes contas, em data de 31.dez.2010

	Custo	Depreciação Amortização Acumulada	Valor Líquido	% Taxa de Amortização Depreciação
Terrenos	59	–	59	–
Equipamentos de sinalização	246	201	45	10%
Apar. e equip. de telecomunicações	543	450	93	10%
Equipamentos, máquinas e ferramentas	1.810	1.184	626	10% e 20%
Veículos	140	124	16	20%
Móveis e Utensílios	249	113	136	10%
Equipamentos eletrônicos de dados	592	489	103	20%
Sistemas aplicativos e software	752	482	270	20%
Sistema de gestão corporativa	149	149	–	20%
Outros imobilizados	358	72	286	4% e 10%
Benefícios em propriedade de terceiros	28.426	14.350	14.076	10%
Imobilizações em andamento	2.280	–	2.280	
Total	35.604	17.614	17.990	

NOTA 7 – PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A empresa possui processos de natureza trabalhista e cível, para os quais foram constituidas provisões nos montantes de R\$ 465 mil e R\$ 75 mil respectivamente, perfazendo um total de R\$ 540 mil, considerados suficientes para fazer face à possibilidade de perdas, de acordo com estimativa de seus advogados.

NOTA 8 – PARCELAMENTOS FISCAIS

A empresa aderiu ao Programa de Parcelamento de Débitos da Secretaria da Receita Federal instituído pela Lei nº 11.941 de 27 de maio de 2009, referente aos débitos decorrente do processo administrativo nº 18471-001.294/2005-29, com efeitos no cálculo do Imposto de Renda Pessoa Jurídica e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.

O débito com a redução permitida pela Lei nº. 11.941/2009, no valor de R\$ 18.875 mil atualizado até 31.dez.2010, foi parcelado em 180 parcelas mensais, com início dos pagamentos após a consolidação da dívida prevista para junho de 2011.

O referido débito foi lançado em 31.dez.2009 na conta de "ajustes de exercícios anteriores" no Patrimônio Líquido.

Principal	Multa	Juros (principal e multa)	Total	Redução conforme Lei nº 11.941/2009	Total
5.528	8.251	11.990	25.769	7.948	17.821

NOTA 9 – OPERAÇÕES COM DEBÊNTURES

9.1 – Debêntures emitidas

Conforme Assembleia Geral Extraordinária de 28 de fevereiro de 1998, foram emitidas 1.100.000 debêntures privadas simples, não conversíveis em ações, em duas séries, no valor nominal de R\$ 100,00 cada, com vencimento final em 28 de fevereiro de 2018, sendo o período de rendimentos coincidente com o vencimento final. A primeira série, correspondente a 300.000



1)

debêntures, são remuneradas pela variação acumulada da taxa da ANBID, juros 12% ao ano e prêmio de 8,5% ao ano. A segunda série, correspondente a 800.000 debêntures, são remuneradas através da participação no lucro líquido da emissora.

Conforme "aditamento ao contrato particular de opções reciprocas de compra e de venda de debêntures" firmado com os debenturistas em 30 de setembro de 2008, ficou pactuado que as debêntures da primeira série fossem remuneradas à taxa de 0,01% ao ano.

Através do "Segundo Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures, em Duas Séries, da Companhia", firmado em 30 de dezembro de 2008, foi aumentado o número de debêntures da 2ª série dessa mesma emissão, passando de 200.000 para 800.000.

Todas as debêntures dessa emissão não gozam de garantia, subordinando-se aos credores quirografários, preferindo apenas aos acionistas no ativo remanescente, se houver, em caso de liquidação da emissora, na forma prevista no art. 58, parágrafo 4º da Lei nº 6.404/76.

Estão no mercado 35.003 debêntures da 1ª série dessa emissão, no valor de R\$ 84.286 mil, atualizado até 31.dez.2010, registradas contabilmente no Passivo Não Circulante.

9.2 - Debêntures adquiridas

A empresa adquiriu 790.382 debêntures de empresa privada, no valor de R\$ 79.038 mil, tendo como forma de remuneração a participação no lucro líquido da emissora; todas estas debêntures são vencíveis a longo prazo e serão mantidas até o vencimento, registradas no Ativo Não Circulante.

NOTA 10 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os principais instrumentos financeiros da Companhia são apresentados a seguir.

Classificação	Não circulante	2010	2009
Mantidos até o vencimento	Debêntures - ativas	79.038	67.302
Passivos financeiros	Debêntures - passivas	84.286	84.277

Os instrumentos financeiros acima são decorrentes das debêntures adquiridas de empresas privadas qualificadas como "mantidos até o vencimento" e as debêntures de sua emissão e negociadas com empresas privadas qualificadas como "passivos financeiros", cujos valores contábeis aproximam-se dos correspondentes valores de realização.

10.1 - Risco de liquidez

Os instrumentos financeiros mantidos até o vencimento são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos e para os quais a companhia tem intenção positiva e capacidade de manter até o vencimento. São mensurados pelo custo de aquisição ou valor de emissão, atualizado conforme disposições legais ou contratuais.

NOTA 11 - OBRIGAÇÕES COM ARRENDAMENTO E CONCESSÃO

Refere-se ao saldo relativo à obrigação para com arrendamento dos bens operacionais para prestação de serviços de transporte ferroviário e a concessão da malha ferroviária, conforme estabelecido nos contratos de arrendamento firmado com a Rede Ferroviária Federal S.A. e de concessão firmado com a União, anteriormente referido.

A empresa adota como prática reconhecer seus compromissos relacionados aos contratos de Concessão e Arrendamento de forma linear mensalmente.

Os valores pagos antecipadamente no inicio da Concessão e do Arrendamento foram ativados e também são alocados ao resultado linearmente pelo prazo dos contratos.



NOTA 12 - CAPITAL SOCIAL

O capital social está representado por 3.394.234 ações, sem valores nominais, divididas em 1.697.117 ações ordinárias e 1.697.117 ações preferenciais.

O capital social está inteiramente subscrito e integralizado e pertencem a pessoas jurídicas e físicas, domiciliadas no País.

Aos acionistas são garantidos dividendos mínimos de 25% sobre o lucro líquido ajustado do exercício, nos termos da Lei nº 6.404/1976 e suas alterações.

NOTA 13 - RESERVA DE REAVALIAÇÃO DE BENS EM EMPRESA CONTROLADA

Desde 2002 a controlada Transferro Operadora Multimodal S.A. vem adotando a política de reavaliação parcial dos bens do ativo imobilizado, representados por locomotivas e vagões. A última reavaliação ocorreu no exercício de 2007.

O reflexo total da reavaliação está registrado em conta específica do Patrimônio Líquido da Companhia no valor líquido de R\$ 4.460 mil a ser realizado em exercícios subsequentes. A realização dessa reserva se efetiva pelas depreciações, vendas ou baixas dos bens, levando a parcela para a conta do Resultado Acumulado.

A Lei nº 11.638/2007 eliminou a possibilidade de reavaliação de bens. Assim, os saldos existentes nas reservas de reavaliação constituídas antes da vigência dessa Lei, inclusive as reavaliações reflexas de controladas e coligadas, devem:

- a) ser mantidos até sua efetiva realização; ou
- b) ser estornados até o término do exercício social de 2008

A controlada TRANSFERRO, optou em manter os saldos existentes nas reservas de reavaliação até sua efetiva realização.

NOTA 14 - CONTRATO DE CONCESSÃO E ARRENDAMENTO

Conforme descrito na nota 1, a FTC firmou contrato com a Rede Ferroviária Federal S.A em decorrência da privatização das linhas ferreas brasileiras. Este contrato foi assinado em novembro de 1996, sendo que as operações iniciaram em fevereiro de 1997. O prazo total da concessão e do arrendamento é de 30 anos, sendo estabelecido o seu fim em dezembro de 2.026.

Embora a Companhia atue sob regime de concessão, sua atividade não se enquadra nos requerimentos da Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão.

O prazo de carência foi de 24 meses a partir do seu início, sendo o pagamento da concessão e do arrendamento composto de 112 parcelas trimestrais, atualizadas pelo IGP-DI.

A empresa possui provisionadas as parcelas da concessão e do arrendamento, correspondentes ao período da concessão. De acordo com a forma de pagamento estabelecida, estas contraprestações foram classificadas no Passivo Circulante (vencíveis até 31 de dezembro de 2011) e Passivo Não Circulante (vencíveis após 31 de dezembro de 2011).

O valor correspondente à primeira parcela paga no ato para aquisição do direito de concessão e do arrendamento está contabilizado em "Despesas de Exercício Seguinte" e está sendo amortizada de acordo com o prazo da concessão e do arrendamento.

Bens objeto da concessão e arrendamento:

- a) Máquinas e equipamentos para manutenção de locomotivas, vagões e Via Permanente;
- b) Infra-estrutura e superestrutura da Via Permanente;
- c) Locomotivas, Vagões e Veículos rodoviários e ferroviários;
- d) Prédios, Instalações e Terrenos.



OMV – AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRC/SC – N. 3.628 – CVM AD. 10.028/08



13

Prazo da concessão e arrendamento: 30 anos.
Compromissos fixos de pagamento: 112 parcelas trimestrais no valor de R\$ 600 mil sendo atualizado anualmente pelo IGP-DI (FGV) acumulado desde o início da concessão e do arrendamento.

Montante residual da concessão e arrendamento:

Valor atualizado pelo IGP-DI até 31.dez.2010.	R\$ 130.504 mil
Valor a pagar pelos 15 anos restantes do contrato.	R\$ 130.504 mil
Montante pago durante o exercício de 2010:	R\$ 7.360 mil

A periodicidade de pagamento das parcelas é trimestral.

NOTA 15 – CONTRATOS DE ALUGUEL DE LOCOMOTIVAS E VAGÕES

A Companhia, havia locado equipamentos ferroviários à Ferrovia Paraná S.A. – Ferropar.

Com a decretação da falência da Ferropar em 14.12.2006 (Autos nº 631/2005 – 3ª Vara Civil de Cascavel – PR), e, com a justificativa da continuidade da prestação do serviço público de transporte ferroviário de cargas na Malha Guarapuava – Cascavel, o Governo do Estado do Paraná determinou (Decreto nº 10/2007, 2039/2008, 4123/2009 e 6.044/2010) em favor da Estrada de Ferro Paraná Oeste – Ferroeste, Sociedade de Economia Mista do Estado do Paraná, a requisição de todos os bens.

Esta requisição está "sub judice" nos autos do processo nº 2007.70.00.004154-0, em trâmite na 4ª Vara Federal de Curitiba, em que a Companhia postula a devolução dos bens, o pagamento pelo uso de acordo com o mercado e indenização pelos danos causados pela falta de manutenção dos referidos bens pela Ferroeste.

NOTA 16 – SEGUROS

ATIVOS	Valor segurado em 2010
Responsabilidade Civil	500
Automóveis	159
Total	659

A cobertura de seguros é considerada suficiente pela Administração, para cobrir eventual sinistro.

This document was created with Win2PDF available at <http://www.win2pdf.com>.
The unregistered version of Win2PDF is for evaluation or non-commercial use only.
This page will not be added after purchasing Win2PDF.